

Capacitação em Ação Humanitária no Sul Global: Análise sobre as necessidades prioritárias das organizações por meio de estudo realizado na República de Cabo Verde

Capacity Building in Humanitarian Action in the Global South. An analysis of the priority needs of organisations through a study carried out in the Republic of Cabo Verde

Fortalecimiento de Capacidades en la Acción Humanitaria en el Sur Global: Análisis de las necesidades prioritarias de las organizaciones a través de un estudio realizado en la República de Cabo Verde

Recebido: 14/08/2025 | Revisado: 26/08/2025 | Aceitado: 27/08/2025 | Publicado: 28/08/2025

Elga Mirta Furtado Barreto de Carvalho

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0269-5489>

Universidade de Cabo Verde, Cabo Verde

E-mail: elga.carvalho@docente.unicv.edu.cv

Odair Barros Varela

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9738-5626>

Universidade de Cabo Verde, Cabo Verde

E-mail: odair.varela@docente.unicv.edu.cv

Deisa Salyse dos Reis Cabral Semedo

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4105-3873>

Universidade de Cabo Verde, Cabo Verde

E-mail: deisa.semedo@docente.unicv.edu.cv

Clementina Baptista de Jesus Furtado

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0594-2470>

Universidade de Cabo Verde, Cabo Verde

E-mail: clementina.furtado@docente.unicv.edu.cv

Arlindo Mendes Vieira

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9704-3562>

Universidade de Cabo Verde, Cabo Verde

E-mail: arlindo.vieira@docente.unicv.edu.cv

Daniela Claudia Silva Fortes

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3539-2895>

Universidade de Cabo Verde, Cabo Verde

Email: danielafortes93@gmail.com

Resumo

O artigo teve como objetivo identificar as necessidades prioritárias de formação face às capacidades de respostas institucionais que operam no campo da ação humanitária num país insular. Recorreu-se à metodologia qualitativa numa abordagem descritiva e exploratória, com recurso à seis entrevistas semiestruturadas aos responsáveis das instituições envolvidas. Este estudo oferece uma análise aprofundada das principais demandas de formação, avaliando as capacidades de resposta e as experiências dos responsáveis e dirigentes de instituições estatais, municipais e organismos da sociedade civil que operam com ação humanitária, no contexto Cabo-verdiano. Como resultados foram identificadas áreas prioritárias como o ciclo de programa humanitário; as áreas de intervenção em Ação Humanitária; e o impacto ecossistêmico das mudanças climáticas. Os dados obtidos apontam para uma necessidade de criação de programas de formação de alto nível que proporcionem a aquisição de competências técnicas e reflexivas nas respostas humanitárias com base no contexto local.

Palavras-chave: Assistência Internacional em Desastres; Capacitação; Recursos Humanos em Desastres; Mudanças Climáticas.

Abstract

The article aimed to identify priority training needs in relation to the capacities of institutional responses (public and private) operating in the field of humanitarian action in Cabo Verde. A qualitative methodology was used in a descriptive and exploratory approach, using six semi-structured interviews with the heads of these institutions. This

study offers an in-depth analysis of the main training demands, evaluating the response capacities and experiences of those responsible and leaders of state and municipal institutions and civil society organizations that operate with humanitarian action, in the Cape Verdean context. The results identified priority areas such as: the humanitarian programme cycle; the areas of intervention in Humanitarian Action; and the ecosystemic impact of climate change. The data obtained points to a need to create high-level training programmes that provide the acquisition of technical and reflective skills in humanitarian response based on the local context.

Keywords: International Assistance in Disaster; Mentoring; Human Resources in Disasters; Climate Change.

Resumen

El artículo tiene como objetivo identificar las necesidades prioritarias de capacitación en relación a las capacidades de respuesta institucional que operan en el ámbito de la acción humanitaria en un país insular. Se utilizó una metodología cualitativa con enfoque descriptivo y exploratorio, utilizando seis entrevistas semiestructuradas a responsables de las instituciones involucradas. Este estudio ofrece un análisis en profundidad de las principales demandas de formación, evaluando las capacidades de respuesta y experiencias de los responsables y líderes de instituciones estatales y municipales y organizaciones de la sociedad civil que actúan con la acción humanitaria, en el contexto caboverdiano. Los resultados identificaron áreas prioritarias como: el ciclo del programa humanitario; áreas de intervención en la Acción Humanitaria; y el impacto del cambio climático en los ecosistemas. Los datos obtenidos apuntan a la necesidad de crear programas de formación de alto nivel que faciliten la adquisición de habilidades técnicas y reflexivas en respuestas humanitarias basadas en el contexto local.

Palabras clave: Asistencia Internacional en Desastres; Tutoría; Recursos Humanos en Desastres; Cambio Climático.

1. Introdução

No Sul Global, as organizações que atuam em ação humanitária geralmente enfrentam uma série de necessidades prioritárias que variam de acordo com os desafios significativos colocados pelos contextos onde estas instituições operam. Para países em desenvolvimento com infraestruturas frágeis a maior frequência de catástrofes naturais e conflitos violentos aumenta os custos humanos e econômicos (United Nations, 2021; UNHCR/ACNUR, 2020; Lutwama *et al*, 2022), agravando o descompasso entre as necessidades humanitárias e os recursos disponíveis no Sul Global (OCHA, 2023). A necessidade de construção de capacidades locais para análise de riscos e planejamento eficaz, garante a liderança de processos de emergência humanitária e transições sustentáveis nas fases pós-emergenciais. Contudo, são limitadas as publicações sobre as necessidades prioritárias dos recursos humanos e institucionais dos principais atores públicos e dos organismos da sociedade civil que trabalham no campo da ação humanitária, particularmente nas regiões insulares que pertencem ao Sul Global.

Neste cenário o Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA, 2023), apontou um aumento de 25% em relação ao ano de 2022 de investimento necessário para dar resposta às necessidades humanitárias projetadas que, neste momento, são de 51.5 mil milhões de dólares. O plano estratégico 2023-2026, o (OCHA, 2023) destacou algumas tendências relacionadas com as necessidades humanitárias para a próxima década, designadamente: crise climática, lentidão e desigualdade do crescimento económico, aumento da desigualdade e instabilidade, fragilidade e conflito, aumento das pandemias e surtos de doenças além de um cenário geopolítico competitivo e fragmentado.

Contudo, o fosso entre as necessidades em ação humanitária e os recursos disponíveis no Sul Global, são cada vez maiores pelo que a construção de capacidades em países propensos a desastres e conflitos tem sido considerada essencial no desenvolvimento e nos esforços de redução dos riscos (OCHA, 2023). Entretanto, a necessidade de capacitação em contextos insulares e a multiplicação das competências dos operadores humanitários em diversas realidades traz maiores desafios para a qualificação dos recursos humanos do sector.

O fortalecimento da resiliência e a redução das vulnerabilidades, conforme enfatizado pela Comissão Europeia (EU, 2021), configuram-se como elementos estruturantes para mitigar os impactos das crises e fortalecer as capacidades de resposta de indivíduos, comunidades e governos. Essa perspectiva, vai de encontro com o contexto do estudo, ao evidenciar que a resiliência não se constrói apenas por meio de intervenções externas, mas exige a consolidação de competências e estruturas

locais. Nesse sentido, o desenvolvimento de capacidades locais, apontado pela OCHA (2022) como componente fundamental para uma análise mais acurada dos riscos em níveis nacional e regional, revela-se especialmente pertinente. Essa perspectiva é reforçada pela literatura, que aponta a importância de estabelecer parcerias eficazes, sustentáveis e diversificadas entre o meio acadêmico, profissionais humanitários e financiadores, de forma a potencializar melhorias duradouras nos programas e assegurar uma tomada de decisão fundamentada em evidências (Tol *et al.*, 2020). A articulação entre esses atores, ancorada na partilha de conhecimento e no fortalecimento de capacidades, apresenta-se como um caminho promissor para superar lacunas operacionais e assegurar que as respostas humanitárias incorporem, de forma equilibrada, as dimensões ambientais, climáticas, sociais e culturais.

Diversas instituições e autores alertam para o aumento global das demandas por ação humanitária, especialmente no Sul Global, que reflete o sofrimento humano em regiões historicamente afetadas pelo colonialismo europeu. Esses locais frequentemente enfrentam um elevado número de intervenções externas, associadas à chamada “indústria” da ação humanitária. No entanto, a estratégia de “localização”, que visa o desenvolvimento de capacidades locais, é crucial para que esses países respondam eficazmente a desastres naturais e conflitos (Brabant & Patel, 2018). Com a diminuição do financiamento internacional, é essencial que os atores humanitários locais assumam um papel central, garantindo respostas rápidas às crises e protegendo vidas, dignidade e direitos (OCHA, 2023).

Este estudo critica o conceito tradicional de desenvolvimento, defendendo o fortalecimento endógeno das capacidades na ação humanitária. Nos anos 1980, o conceito de desenvolvimento de capacidades surgiu como alternativa às teorias anteriores, tornando-se central na cooperação técnica na década seguinte. Ao mesmo tempo, surgiram críticas ao desenvolvimento convencional, propondo alternativas que rejeitam a ideia de crescimento econômico e exploram perspectivas pós-desenvolvimentistas, ecologistas e feministas. Essas alternativas, especialmente relevantes para as comunidades do Sul Global, promovem a autonomia local e formas de vida mais sustentáveis e igualitárias (Escobar, 1995; Santos e Rodríguez 2003; Barros, 2017).

O artigo discute as necessidades prioritárias quanto à capacidade de resposta dos recursos humanos e institucionais dos principais atores públicos e dos organismos da sociedade civil que trabalham no campo da ação humanitária em Cabo Verde/África. Esta pesquisa poderá contribuir para a criação de programas de formação de alto nível que proporcione a aquisição de competências técnicas e reflexivas na resposta humanitária com base no contexto de um país de rendimento/desenvolvimento médio. Assim, o estudo objetiva identificar as necessidades prioritárias de formação face às capacidades de respostas das instituições que operam no campo da ação humanitária num país insular.

2. Metodologia

Em termos metodológicos, este artigo constitui um dos suplementos de uma série baseada numa investigação colaborativa em grande escala entre as Universidades de Cabo Verde, Moçambique, Portugal e da Grécia com a parceria de atores humanitários locais, financiada pela União Europeia, tendo como referência do Project No. 619207-EPP-1-2020-1-PT-EPPKA2-CBHE-JP. Como resultado de um diagnóstico sobre a situação de ação humanitária de um dos países africanos, foi realizada uma avaliação preliminar que serviu de base para a implementação subsequente e que culminou com este artigo. A pesquisa realizada foi uma investigação social na qual se entrevistou pessoas e, este estudo utilizou uma abordagem qualitativa, descritiva e exploratória (Pereira *et al.*, 2018).

Os participantes desta pesquisa foram selecionados entre as organizações que exercem no âmbito nacional e esta seleção obedeceu aos seguintes critérios de inclusão: a) ser dirigente de uma instituição ou organização não governamental b)

exercer numa instituição ou organização não governamental sediada em Cabo Verde; c) ser uma instituição com representatividade no trabalho com ação humanitária. Foi considerada como critério de exclusão o fato de o dirigente humanitário exercer numa instituição cujo caráter do trabalho seja de cunho de desenvolvimento.

Foram aplicadas entrevistas de profundidade de forma individual e presencial aos referidos representantes, que ocorreram, na maioria dos casos, na própria instituição por escolha dos participantes. Realizou-se seis entrevistas, com uma duração média de 1 hora e 30 minutos, tendo sido gravadas mediante a autorização dos sujeitos e posteriormente transcritas. O total de entrevista aplicada foi definido pela saturação dos dados. As entrevistas foram planeadas e orientadas por um roteiro semiestruturado, para responder à seguinte pergunta de pesquisa: quais são as necessidades prioritárias de formação face à capacidade de resposta dos principais atores públicos e privados que trabalham no campo da ação humanitária em Cabo Verde?

Para realização das entrevistas, foi estabelecido um primeiro contato por intermédio de pedido formal às organizações. Posteriormente foram feitos os contatos telefónicos solicitando a participação dos responsáveis dos serviços, visando a apresentação do pesquisador e a formulação do convite para a participação e marcação das datas dos encontros. No início das entrevistas, foram explicados aos participantes os objetivos e as razões que motivaram a sua realização. Também foi entregue um convite formal para a participação. Tivemos o cuidado de contextualizar a pesquisa antes de começar as entrevistas, abordando amplamente as razões do interesse pelo tema, com o objetivo de desenvolver uma relação de confiança. Houve ainda a preocupação constante em estimular o engajamento dos participantes na pesquisa. Para garantir a ética do processo, solicitamos que todos assinassem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Os dados foram submetidos à análise de conteúdo, na modalidade temática de Bardin (2016), pela possibilidade da conjugação de técnicas de análise que oferece ao pesquisador, por meio de etapas que sistematicamente são aplicadas ao conteúdo dos discursos, permitir inferir conhecimentos referentes às falas dos participantes. A análise de conteúdo temático permite interpretar o conteúdo das mensagens e propiciar ao pesquisador conhecer o que está por trás das palavras, além de desvelar a realidade mediante questões que instigaram e, ao mesmo tempo, conservou o rigor e caráter científico da pesquisa. Inicialmente foi realizada a transcrição dos dados e seguidas as seguintes etapas: fase 1) pré-análise; fase 2) exploração do material; fase 3) tratamento dos resultados: inferência e interpretação.

Na pré-análise, foi efetuada uma leitura flutuante de modo sucessiva, vertical, atenta e exaustiva sobre as necessidades de capacitação em ação humanitária. Esse processo permitiu a identificação de um conjunto de categorias relevantes e a constituição do “corpus” documental.

A exploração do material foi efetuada a partir dos dados brutos disponíveis, tendo como unidade de contexto as necessidades de capacitação em ação humanitária. A identificação das falas dos participantes foi feita utilizando a letra “M” para as mulheres e “P” para os homens, seguida do número correspondente à ordem das entrevistas. As categorias foram definidas conforme o progresso da análise de dados.

À medida em que se efetuou a seleção, as proposições ou ideias semelhantes foram agrupadas e organizadas em palavras ou frases curtas com semelhanças que compuseram as unidades de registos. Esses trechos foram delimitados, selecionados e recortados das entrevistas. Posteriormente, os recortes foram organizados numa matriz constituído por colunas, com vazios à esquerda e à direita, e agrupados em quadros matriciais de acordo com os objetivos da pesquisa e dos pressupostos do referencial teórico utilizado.

Num movimento contínuo entre a teoria e os dados, as categorias foram se tornando cada vez mais claras e adequadas aos propósitos da pesquisa, à medida que as falas dos participantes apresentavam recorrências. Essas categorias foram

induzidas, com base na análise do material. Esse processo permitiu, posteriormente, a representação dos conteúdos por meio da agregação das unidades de registos, facilitando a categorização do material.

Desta forma foi captado o sentido e viabilizou-se a realização de uma classificação em bloco que acabou por expressar as características concretas do material analisado. Foi concedido um título às quatro categorias e oito subcategorias após a definição com base nas verbalizações dos participantes e registadas no quadro matricial correspondentes. Os dados foram codificados de forma independente, posteriormente se discutiu a viabilidade das categorias de análise, finalizando com consenso entre os pesquisadores.

O tratamento, inferência e resultados, basearam-se em pesquisa reflexiva e crítica em que os resultados e os objetivos ganharam significado, pois procurou-se fazer inferências sobre o sentido das palavras em profundidade, ganhando validade entre o discurso e a interpretação com base no referencial teórico. Deste modo os conteúdos passaram a ser válidos, com existência de relações entre o discurso dos participantes e os aspetos exteriores, indo de encontro aos objetivos da pesquisa e da fundamentação teórica no que se refere ao trabalho proposto. O envolvimento de uma equipa multidisciplinar nesta pesquisa contribuiu para aumentar a precisão sobre os métodos e a interpretação, assim como para diminuir o viés do pesquisador.

3. Resultados e Discussão

Este estudo busca fornecer informações sobre as necessidades prioritárias de formação face às capacidades de respostas institucionais, tanto públicas quanto dos organismos da sociedade civil que atuam no campo da ação humanitária em Cabo Verde, um país insular, localizado na costa Ocidental Africana. As categorias formadas a partir das questões colocadas aos participantes foram construídas com base nas perguntas referentes às necessidades de capacitação dos recursos humanos em ação humanitária. Com base nesta análise, emergiram categorias de prioridades conforme esplanadas, designadamente: **a) ciclo de programa humanitário; b) áreas de intervenção em Ação Humanitária; c) estratégias de mobilização e participação da comunidade; d) impacto ecossistêmico das mudanças climáticas.**

Os resultados do estudo permitem inferir que as necessidades de capacitação apontados pelos participantes estão associados ao domínio de **ciclo de programa humanitário**. Estes domínios da ação humanitária foram organizados em conformidade com as etapas definidas pelas Nações Unidas (2021), que também orientaram a constituição das subcategorias deste estudo, designadamente: 1) avaliação e análise das necessidades, 2) planeamento da resposta estratégica, 3) mobilização de recursos, 4) implementação, 5) monitorização e 6) revisão operacional e avaliação. A metodologia do programa humanitário favorece uma coordenação mais eficaz e uma análise intersectorial integrada das necessidades, incluindo a apreciação dos riscos e a capacidade de previsão. Tal abordagem contribui para fortalecer a organização das ações e impactar positivamente a eficácia dos processos que envolvem a ação humanitária (Nações Unidas, 2021).

Os resultados relacionados ao programa humanitário destacam a importância da fase de avaliação e análise, com destaque para a identificação das necessidades prioritárias nas respostas a catástrofes. Os participantes manifestaram preocupações sobre a necessidade de identificar os riscos enfrentados pelas comunidades a curto, médio e longo prazo, como nos casos de secas e inundações, que tem gerado perdas significativas. Alinhado com esses resultados, a Comissão Europeia (2022) ressalta que a análise de riscos relacionados a desastres naturais, ameaças induzidas pelo homem, surtos de doenças ou degradação ambiental, além da análise das vulnerabilidades e suas causas, são essências para fortalecer a resiliência na Ação Humanitária.

Nesse contexto, o uso de ferramentas de inteligência artificial surge como um recurso valioso para aprimorar essas análises, especialmente em ambientes remotos e com escassez de recursos humanos (OMS, 2021). Essas ferramentas podem

apoiar na avaliação das necessidades humanitárias e auxiliar na identificação do tipo de assistência necessária, como alimentos, água, abrigo, apoio econômico e cuidados de saúde (Beduschi, 2022).

O planejamento da resposta estratégica, também, emergiu como uma necessidade, ao ser apontado como uma demanda para se contemplar a utilização de manobras programadas, permitindo que o país possa retornar à normalidade com brevidade. A mobilização de recursos foi manifestada pelos participantes como dependente da apresentação, aos órgãos governamentais, das necessidades e do impacto econômico e social das perdas, de modo a viabilizar a elaboração de um orçamento adequado e a captação de financiamento. Esta preocupação encontra-se alinhada com a pauta da Cimeira dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (PEID), que apontou que as limitações no fortalecimento da capacidade da força de trabalho, sistemas de dados e cadeias de suprimentos e na prontidão das suas capacidades de preparação e resposta a emergências e adaptabilidade às mudanças climáticas, tem implicações negativas sobre o potencial de alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (OMS, 2021). Este posicionamento também sinaliza a necessidade apontada pelos participantes deste estudo, de implementar e monitorizar continuamente as medidas acordadas, assim como os processos para mitigar as perdas econômicas e realizar a reconstrução de estradas, habitações e apoio às famílias, cujos membros foram afetados.

A etapa da revisão operacional e avaliação deve contemplar a análise dos aspetos relacionados ao desempenho, a relevância, a eficácia e o impacto de uma intervenção humanitária. Esta revisão consiste numa apreciação periódica dos aspetos operacionais de resposta, enquanto a avaliação é uma análise mais ampliada e profunda sobre a prestação da resposta humanitária. O fato desta parte da etapa não ter sido mencionada pelos participantes pode indicar que os profissionais humanitários tendem a concentrar nas ações sobre as quais as organizações exercem maior grau de governabilidade. Por outro lado, por ser realizada sobretudo mediante a mobilização de especialistas externos e independentes (Nações Unidas, 2021), contribui para que esta etapa seja pouco visível e escassamente valorizada pelos participantes, e consequentemente, pouco referenciada pelos operadores. Esta perspectiva está concernente com OCHA (2023), que destaca falta de monitoramento, avaliação e responsabilidade quanto à eficácia da resposta humanitária em garantir a assistência e proteção inclusiva aos mais vulneráveis e necessitados. Tal realidade pode estar presente neste contexto, e, assim, explicar a omissão dos operadores observada nesta pesquisa.

Os resultados também apontam **áreas de intervenção em Ação Humanitária** que carecem de capacitação, revelando lacunas em vários domínios de conhecimento, nomeadamente, saúde, gestão, intervenção comunitária, comunicação e educação para mudança de comportamento.

A **saúde** foi sinalizada pelos participantes sob uma perspectiva biopsicossocial, que abrange tanto a vertente física do cuidado, como os aspetos de saúde mental e o apoio psicossocial. Enquanto infraestrutura crítica, os sistemas de saúde, quando funcionam de forma adequada, permitem que os países respondam e se recuperem de interrupções decorrentes de causa natural ou humana (OMS, 2021). Os resultados apontam ainda para a necessidade de maior qualificação sobre as melhores práticas sanitárias em ambientes humanitários para a preservação da saúde das pessoas. Destacam-se em particular, os défices de conhecimentos sobre gestão de doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) em diferentes estágios de emergências humanitárias, que constituem um espectro de necessidades que, segundo Bausch e colaboradores (2021), carece de uma abordagem colaborativa para garantir a continuidade dos cuidados. Também se evidencia a necessidade de maior qualificação sobre a implementação de Kit que assegure a manutenção da continuidade do cuidado a curto prazo. A sua efetividade contudo, depende da garantia da cadeia de suprimentos do sistema de saúde vigente e da capacidade das instituições de gerir e tratar as DCNT (Alani *et al.*, 2023).

Nas crises humanitárias, as mulheres e crianças são particularmente afetadas, merecendo destaque de Doberty *et al.* (2023), que aponta a importância da organização deste atendimento com desenvolvimento de planos, políticas e procedimentos

de manejo e fornecimento da comunicação, sensibilização e treinamento sobre alimentação infantil em todos os níveis e setores da resposta a emergências. Neste tocante, no que tange à saúde sexual e reprodutiva, é salvaguardada o princípio de que intervenções essenciais têm precedência sobre as que não salvam vidas (Nabulsi *et al.*, 2021).

A supervisão continua a ser um desafio em contextos humanitários, permanecendo uma lacuna na programação de saúde mental e apoio psicossocial (SMPSS) e uma das principais necessidades não atendidas (Ryan *et al.*, 2023). Esta constatação está de acordo com Lutwama e colaboradores (2022), ao apontar que a supervisão em saúde é uma prioridade fundamental para garantir a qualidade dos serviços especialmente em contextos de crise prolongada. Evidências também apontam que o acesso ao apoio à supervisão e a promoção do uso de habilidades de escuta ativa podem melhorar a resiliência e o bem-estar dos trabalhadores em emergências humanitárias (Travers *et al.*, 2022). Este achado encontra-se alinhado com a necessidade apontada pelos participantes deste estudo, que referiram a falta de competências a nível multiprofissional envolvendo psicólogos, assistentes sociais, gestores e pares- como um entrave para atender adequadamente os beneficiários. Eles também destacaram a carência de habilidades para o autocuidado, incluindo a gestão de stress, resolução de conflitos e a capacidade de tomar decisões rápidas.

As necessidades apontadas pelos participantes estão alinhadas com as orientações das Nações Unidas (2021) que instam os parceiros a incluírem o SMPSS nas avaliações das necessidades e nos planos de resposta humanitária. O atendimento de SMPSS mostra-se particularmente desafiador em contextos com poucos recursos e, de acordo com Ryan e coautores (2021) estas dificuldades são agravada quando se trata de assistência em saúde mental a populações afetadas por crises humanitárias.

Esta reorganização do processo de trabalho a nível de SMPSS vai de encontro também a necessidade referida pelos participantes deste estudo sobre a dificuldade na prestação de cuidados aos imigrantes que apresentam vulnerabilidades emocionais. As Nações Unidas (2021) orientam que a SMPSS sejam consideradas não apenas nas avaliações das necessidades humanitárias, mas também sejam integrados na resposta aos refugiados. A recomendação da comissão *Lacet* sobre saúde mental global e saúde sustentável (2018) recomenda que nos países de baixo rendimento ou em situações de ação humanitária a prestação de apoio psicossocial de saúde mental deve ser efetuada por prestadores não especializados devido à insuficiência de profissionais especializados em saúde mental. Esta perspectiva também é corroborada pelo Barbui *et al.*, (2020) ao referir que a implementação da força de trabalho de pessoas não especializadas treinadas conjuntamente com tecnologias digitais, podem melhorar o acesso e a prestação de cuidados a uma vasta gama de serviços em saúde mental. Corroborando, Kostandova e colaboradores (2024) ao apontar que a maneira mais ajustada de construir resiliência no sistema de saúde é unir esforços humanitários e o desenvolvimento, o que envolve recursos para treinamento contínuo e apoio psicossocial para profissionais de saúde e comunidades que foram prejudicadas e ainda permanecem na linha de frente. Há, portanto, respaldo na literatura para destacar a importância de qualificações elevadas em saúde mental e apoio psicossocial (SMPSS) para intervenções eficazes (Ryan *et al.*, 2023).

Esta capacitação deve contemplar estratégias que fortaleçam as redes sociais e promovam o apoio psicossocial, de forma a reduzir sentimentos de angústia. Tais elementos devem orientar os operacionais humanitários no desenho de programas e planeamento de intervenções, de modo que sejam mais adaptadas às necessidades de pessoas refugiadas (Seruwagi *et al.*, 2022). Concernente com Carciotto & Ferraro (2020) ao apontar que particularmente em ambientes urbanos, criação de espaços de intercâmbio entre refugiados e deslocados internos, cidadãos de acolhimento e autoridades municipais, é favorecedor de um ambiente de debate, compreensão e implementação das políticas nacionais. Considerando que nesses conteúdos existem muito contraste entre as necessidades e experiências de diferentes grupos, as intervenções que tenham múltiplas estratégias têm mérito neste contexto (Carciotto e Ferraro, 2020; Spangaro *et al.*, 2021).

Organizar o atendimento da demanda adicional causada pela emergência nos países do Sul Global, garantindo os cuidados a população, sobrecarrega os recursos do país. É particularmente gravosa nos países insulares em que há duplicação das infraestruturas e das necessidades devido a dispersão do território, ficando muitas pessoas carentes de um suporte social adequado. Está consentâneo com advertência dos PEID sobre continuidade de auxílios das instituições internacionais, em níveis global e regional, e por governos parceiros e atores não estatais, para fortalecer a capacidade dos sistemas de saúde, a dimensão política, técnica e administrativa dos respetivos países (OMS, 2021).

A carência de capacitação dos operadores humanitários apontada pelos participantes, também envolve a área de *gestão*. Representa a preocupação da União Europeia, (2021) ao destacar que as crises humanitárias resultam da exposição de longo prazo de grupos vulneráveis e áreas geográficas a perturbações em seu ambiente e falta de preparação, prevenção e resiliência. Os operadores devem estar capacitados para unir os elementos do tríptico nexos humanitário-desenvolvimento-construção da paz (Sudhott, Hovelmann & Steinke, 2020).

A capacitação inicia com o processo de financiamento que segundo Safarpour *et al.* (2020), envolve uma gestão eficiente da ajuda humanitária além da implementação de políticas apropriadas, a eliminação de barreiras estruturais e políticas, bem como a criação de uma agência com autoridade suficiente para supervisionar a recolha, o transporte e a distribuição da ajuda, além de gerir os doadores. Neste tocante, quando existe capacidade de gestão e utilização financeira de intervenientes nacionais e locais, há potencial para uma resposta mais eficiente e eficaz (Frenesson *et al.*, 2022).

Nesta sequência, é reafirmada a relação entre a gestão de desastres e o melhor tempo de resposta, em que Hokkinen e Barner-Rasmussen (2023) defende a utilização de estratégia de partilha dos recursos e infra- estruturas, a troca de informações e a criação de parcerias e conhecimento como a melhor opção em um ambiente de planeamento colaborativo. No seu estudo, Safarpour e coautores (2020) aponta que a formação das autoridades locais e dos administradores deve ser destacada nos planos de preparação, sendo uma das pautas essenciais a serem contempladas. Uma gestão mais participativa, e colaborativa aos projetos Humanitários, sem marginalização das organizações nacionais e locais dos processos de conceção dos programas, é vantajosa, pois, estão em melhor posição para recolher dados situacionais (White *et al.*, 2020). De acordo com Bausch *et al.* (2021) o espectro de necessidades que envolve uma emergência, somente pode ser sanado aplicando os valores e interesses compartilhados, credibilidade dos parceiros, métodos formais e informais de gestão, bem como a amizade. Ademais, é por intermédio da construção de redes e dos relacionamentos que ocorre o desenvolvimento de vários mundos da aprendizagem e do trabalho (Ramsarup *et al.*, 2023).

Arifeen e Nyborg (2021) destacam que a falta de compreensão dos aspetos locais pode levar os gestores a decisões que exacerbam vulnerabilidades, devido a uma abordagem simplista e focada em respostas de curto prazo, sem considerar a complexa dinâmica subjacente à vulnerabilidade social, o que, segundo os autores, perpetua as relações desiguais de autoridade a nível da comunidade. Esta estratégia pode ser utilizada face a preocupação apontada pelos participantes deste estudo sobre as respostas na ocorrência de perdas das habitações nas crises humanitárias ou na organização do acolhimento de refugiados ou deslocados, que requer uma abordagem nas questões do alojamento, de instalação, de gestão dos recursos materiais como acesso a roupas e outros utensílios de primeira necessidade.

A mudança de comportamento em contextos afetados por crises pelos gestores envolve organização dos processos para apoiar o pessoal humanitário durante a fase de conceção do programa de pré-implementação, uso de teoria de mudança para informar a seleção das atividades do programa, aplicação de uma programação faseada e orientados para a sustentabilidade e o reforço das capacidades setoriais (White *et al.*, 2022). Concernentes com a perspectiva de melhorar as competências no âmbito das habilidades de negociação, segurança, direito, estratégia militar, ciência política, antropologia, medicina e saúde pública, entre outros, apontada por Wise *et al.* (2021) como necessária devido a mudança do ambiente

geopolítico com prevalência de conflitos armados e diferentes motivações dos atores envolvidos. A capacitação no âmbito jurídico tem particular relevância, pois, serve de suporte para orientar a gestão dos profissionais humanitários, sobretudo no que concerne as convenções regionais como a referida “Convenção de Kampala” (2012) da União Africana (UA) que contempla as questões dos deslocados internos em África. As mudanças geopolíticas podem sobrecarregar ainda mais os Estados do Sul Global, já fragilizados, caso os aspetos jurídicos internacionais não sejam adequadamente protegidos, resultando em impactos econômicos significativos ao lidar com refugiados e deslocados (Al Qaralleh, 2022).

A construção de coalizão de parceiros de organizações académicas e humanitárias pode auxiliar a pesquisa em ambiente de emergência humanitária, garantindo que esta se concentre em questões essenciais para prestadores de serviços e para os beneficiários. Assim sendo, a utilização de abordagens colaborativas e multidisciplinares inovadoras permite melhorar a compreensão para se trabalhar com os desafios socioculturais, contextuais, práticos e científicos (Weine *et al.*, 2021). Está consistente com Leresche *et al.* (2020) ao referir que a garantia do respeito mútuo, a confiança e o reconhecimento da experiência uns dos outros formam a base para trabalhar parcerias para elaboração de pesquisas que compreendem melhor as populações afetadas por conflitos e atender às suas necessidades.

As estratégias de mobilização e participação da comunidade foram igualmente identificadas como áreas carentes de capacitação. Entre as necessidades mencionadas destacam-se: o fortalecimento das estratégias de intervenção social, a formação da sociedade civil para a prática de voluntariado em ação humanitária, e a formação de lideranças comunitárias para responder a diferentes tipos de crises humanitárias. Tais iniciativas podem contribuir para melhorar os níveis de respostas de acordo com as competências dos interventores. A experiência da COVID-19 evidenciou esse papel uma vez que a sociedade civil comunitária atuou na linha de frente, inclusive em locais de difícil acesso, evidenciando o papel indispensável no enfrentamento deste desafio (Nações Unidas, 2021). Ficou evidente a potencialidade das comunidades em assumir a liderança em situações de crise e na sua capacidade em enfrentar e dar resposta adequada em contextos complexos. Muitas vezes as respostas locais revelam-se mais eficientes e sustentáveis, devendo, por isso, ser incentivadas e fortalecidas. Como apontado por Frennesson *et al.* (2022) os intervenientes nacionais e locais têm competências endógenas que não estão ao alcance das Organizações Internacionais. Nesse sentido, a identificação dos atores que reúnam confiança e legitimidade é essencial para o êxito das intervenções. Por isso, as Nações Unidas (2021) têm incentivado todos os processos que melhorem a escala e a qualidade da comunicação de risco e das abordagens de envolvimento comunitário, contemplando dimensões com potencial de permitir as populações enfrentarem as emergências nos próprios termos com maior eficiência e eficácia.

A adoção de estratégias para envolver a comunidade pelos operadores humanitários, demonstra a preocupação em incluir os atores locais e as comunidades afetadas na resposta humanitária, contribuindo para o fortalecimento das pessoas e para a prevenção das respostas negativas. É corroborada pela União Europeia (2021) que faz apelo para a realização de capacitação das comunidades locais e o estímulo à participação social em ações humanitárias e de desenvolvimento, envolvendo instituições como igrejas, organizações confessionais e outros representantes locais. Uma abordagem centrada nas pessoas exige que os trabalhadores humanitários estejam conscientes e sensíveis sobre a identidade religiosa das populações afetadas, o que significa uma competência cultural aprimorada (Moreno, Pimentel & Castro-Delgado, 2025). Assim, a orientação das respostas humanitárias para o impacto, segundo OCHA (2023), deve colocar as pessoas e as suas necessidades no centro das preocupações, com uma abordagem inclusiva, equitativa, que atende a diversas necessidades de grupos marginalizados ou discriminados, que permite as pessoas expressarem as necessidades, preferências e prioridades e ainda participem da resposta. Essa perspectiva também é corroborada pelo Seruwagi e colaboradores (2022) que reforça que o envolvimento ativo da comunidade resulta na promoção de uma abordagem aceitável, eficaz, inclusiva e sustentável. E reafirmada pelas Nações Unidas (2021) ao reiterar que investimento com maior participação social repercutem no aumento

das taxas de satisfação dos beneficiários, melhorias significativas na qualidade de vida e de saúde mental além de processos de recuperação mais consistentes e precoces.

Para fortalecer a mobilização e a participação social, os participantes enfatizaram a importância de estratégias pedagógicas capazes de trabalhar a resiliência comunitária e promover valores que transformem o conhecimento em padrões comportamentais concretos, refletidos em práticas do cotidiano. Esse avanço está associado à adoção de abordagens de aprendizagem participativa, realizadas em parceria com grupos locais, o que contribui tanto para ampliar o conhecimento em contextos humanitários (Seal *et al.*, 2023) quanto para reforçar a resiliência (EC, 2022). Vale destacar que essa constatação corrobora diretrizes já apontadas há mais de uma década. Desde 2007, as Nações Unidas têm enfatizado que a capacitação de trabalhadores humanitários deve recorrer a metodologias pedagógicas que favoreçam a aplicação imediata e prática da aprendizagem, como o uso do diálogo, dramatizações, resolução de problemas em grupo, participação ativa e modelos colaborativos nos quais os aprendizes ensinam e aprendem simultaneamente. Está consentâneo mais recentemente, com a OCHA (2023), que reafirma a centralidade da participação comunitária como eixo estruturante das intervenções, ao referir que o impacto sobre a mudança do comportamento das pessoas, está condicionada a ampliação do cariz multissetorial das respostas humanitárias e adaptação da abordagem e modalidades aos contextos locais e às prioridades das comunidades afetadas.

Por isso, desenvolver habilidade sobre as estratégias para se combater os rumores como mecanismo importante para fortalecer as comunidades e se ultrapassar as situações de crise humanitária também é uma competência necessária para os operadores humanitários (Nações Unidas, 2021). Semelhante ao estudo que refere que o desenvolvimento da educação pública e a valorização das necessidades com base em fatores culturais, podem ajudar a reduzir os desafios e barreiras na gestão humanitária (Safarpour *et al.*, 2020). Incluir ferramentas de avaliação rápida para compreender melhor os determinantes comportamentais em contextos afetados por crises, que possam ser utilizados dentro das limitações do sistema humanitário, podem aumentar a eficácia da implementação (White *et al.*, 2022).

Os responsáveis operacionais apontaram o **impacto ecossistêmico das mudanças climáticas** como um dos aspetos a serem alvo de capacitação, considerando que são fenômenos que tem influenciado mudanças críticas, com consequências profundas para as pessoas, famílias e comunidades especialmente as mais vulneráveis, desencadeando a necessidade de Resposta Humanitária. O Banco Africano de desenvolvimento (2022) pontuou que dos 10 países identificados como os mais vulneráveis do mundo em 2022, nove estão na África Subsaariana.

As alterações climáticas, as catástrofes naturais e a degradação ambiental estão interligadas e têm um impacto de longo alcance na resiliência das comunidades e nos sistemas de apoio ecológico de que depende a vida, constituindo os fatores causadores ou contribuintes para muitos conflitos em todo o mundo (ECHO, 2022). Para os países do Sul Global é essencial incluir as considerações sobre a sustentabilidade ambiental na implementação de ações humanitárias, o que está concernente com a diretriz da Comissão Europeia sobre este tópico (ECHO, 2022). Por conseguinte, fundamenta a necessidade de os países em desenvolvimento qualificarem os recursos humanos sobre os fatores que levam a necessidade de uma intervenção e envolver os profissionais para lidar com os impactos causados por esses eventos e a criação de planos de contingência para garantir atendimento adequado e proteção à população vulnerável.

Entretanto, o Parlamento Europeu (2021), por meio de um documento sobre o novo contexto e os desafios da ação humanitária, alerta para a persistência de questões críticas que carecem de consenso internacional. Entre elas, destaca-se a necessidade de uma definição mais precisa acerca da interligação temática entre as prerrogativas específicas das necessidades ambientais, climáticas e humanitárias. O documento salienta que a superação dessa lacuna é essencial para o fortalecimento das capacidades de resposta e está alinhada com a proposta do próprio Parlamento Europeu (2021) de aprimorar a definição das prioridades de intervenção entre ajuda urgente, prevenção e desenvolvimento. Tal definição é vista como fundamental para

evitar que as dimensões ambientais e climáticas das intervenções se sobreponham às considerações humanitárias, incluindo questões sociais, societais e culturais. Nessa mesma linha, as Nações Unidas (2021) enfatizam a importância de promover maior colaboração, coerência e complementaridade entre os esforços humanitários, de desenvolvimento e de consolidação da paz — apesar dos progressos significativos já alcançados nessas áreas.

4. Considerações Finais

Este estudo sublinhou os aspetos que os recursos humanos dos países insulares do Sul Global necessitam de aprimorar de modo que possam estar mais capacitados para colaborar com as organizações/comunidades locais. Estas, por deterem um conhecimento mais profundo dos contextos políticos, sociais, culturais e econômicos em que atuam, possuem maior legitimidade para exercer autonomia e liderança nos processos de ação humanitária, bem como em emergências climáticas e de conflitos violentos. Face ao aumento de demandas críticas em ação humanitária com particular incidência sobre os países do Sul Global é imperativo ampliar a possibilidade de profissionalização dos agentes da ação humanitária, de modo a qualificar a sua capacidade técnica e reflexiva, com cursos de curta e longa duração sobre ação humanitária. Para tal, o reforço das instituições académicas e a respetiva criação de redes internacionais- tanto entre os países do Sul Global como entre estes e os do Norte Global- aliado à priorização da investigação sobre questões prioritárias e disponibilização dos recursos financeiros para o efeito, poderia preencher lacunas existentes e potencializar a expansão de um ecossistema de competências capaz de enfrentar os desafios de transições justas na arena humanitária. As características metodológicas desta pesquisa permitem uma compreensão aprofundada e contextualizada do fenómeno investigado, fornecendo *insights* valiosos para futuras pesquisas e intervenções em contextos similares. Entretanto, apresenta limitações relacionadas à natureza subjetiva inerente ao pesquisador, bem como à escolha do método utilizado, o que restringe a generalização dos resultados para além do grupo estudado. Neste sentido considera-se que é necessário aprofundar esta investigação no sentido de identificar os desafios enfrentados no planeamento e na execução das ações e as principais preocupações face aos desafios existentes num contexto insular aliada à possíveis emergências. Em síntese, este estudo visa contribuir para o reforço da investigação em ação humanitária e a criação de programas de formação de alto nível que proporcionem o reforço e a aquisição de competências dos agentes humanitários em contextos do Sul Global e insulares.

Agradecimentos

Às instituições envolvidas na coleta de dados e ao financiamento recebido da União Europeia.

Referências

- African Development Bank Group (BAD). (2022). *Bank Group's Strategy for Addressing Fragility and Building Resilience in Africa (2022-2026)*. <https://www.afdb.org/en/documents/bank-groups-strategy-addressing-fragility-and-building-resilience-africa-2022-2026>
- Al Qaralleh, A. S. (2022). Jordan and Syrian humanitarian refugees' dilemma: international law perspective. *Heliyon*, 8(5), e09377. <https://doi.org/10.1016/j.heliyon.2022.e09377>
- Alani, A. H., Miller, L., Darji, B., Waweru, I., Atwine, A. B., Tonelli, M., Mogga, J. L. K., Adams, A., Ndinda, L., Jonga, S., & Kiapi, L. (2023). Assessment of the WHO non-communicable diseases kit for humanitarian emergencies in South Sudan: a retrospective, prospective, observational study. *Conflict and Health*, 17(1), 27. <https://doi.org/10.1186/s13031-023-00525-w>
- Arifeen, A., & Nyborg, I. (2021). How humanitarian assistance practices exacerbate vulnerability: Knowledges, authority and legitimacy in disaster interventions in Baltistan, Pakistan. *International Journal of Disaster Risk Reduction: IJDRR*, 54(102027), 102027. <https://doi.org/10.1016/j.ijdr.2020.102027>
- Barbui, C., Purgato, M., Abdulmalik, J., Acarturk, C., Eaton, J., Gastaldon, C., Gureje, O., Hanlon, C., Jordans, M., Lund, C., Nosè, M., Ostuzzi, G., Papola, D., Tedeschi, F., Tol, W., Turrini, G., Patel, V., & Thornicroft, G. (2020). Efficacy of psychosocial interventions for mental health outcomes in low-income and middle-income countries: an umbrella review. *The Lancet. Psychiatry*, 7(2), 162–172. [https://doi.org/10.1016/S2215-0366\(19\)30511-5](https://doi.org/10.1016/S2215-0366(19)30511-5)

- Bardin, L. (2016). *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70.
- Barros, V.O. (2017). *Legal Miscegenation? The State and Local Participation in Justice in Cape Verde. A Post-Colonial Analysis*, Lisboa: Instituto Camões.
- Bausch, F. J., Beran, D., Hering, H., Boule, P., Chappuis, F., Dromer, C., Saariisto, P., & Perone, S. A. (2021). Operational considerations for the management of non-communicable diseases in humanitarian emergencies. *Conflict and Health*, 15(1), 9. <https://doi.org/10.1186/s13031-021-00345-w>
- Beduschi, A. (2022). Harnessing the potential of artificial intelligence for humanitarian action: Opportunities and risks. *International Review of the Red Cross*, 104(919), 1149–1169. <https://doi.org/10.1017/s1816383122000261>
- Brabant, K.S., Patel, S. (2018), *Localisation in practice: Emerging Indicators and Practical Recommendations*, Begnins: Global Mentoring Initiative: <https://reliefweb.int/report/world/localisation-practice-emerging-indicators-and-practical-recommendations>
- Carciotto, S., & Ferraro, F. (2020). Building blocks and challenges for the implementation of the global compact on Refugees in Africa. *Journal on Migration and Human Security*, 8(1), 83–95. <https://doi.org/10.1177/2331502420908247>
- Doherty, P., Wheeler, E., Mochache, V., Mark, T. J., Luttah, G., Bero, B., Clancy, E., Cockcroft, M., Omar, A., Robins, G., Penrose-Theis, K., & Todd, A. (2023). Considerations for program managers to improve sexual and reproductive health services for displaced populations. *Global Health, Science and Practice*, 11(4). <https://doi.org/10.9745/GHSP-D-23-00036>
- Escobar, A. (1995), *Encountering Development*. The Making and Unmaking of the Third World. Princeton, Princeton University Press.
- European Commission: Directorate-General for European Civil Protection and Humanitarian Aid Operations (ECHO) (2022), *Resilience marker – General guidelines* (2022), Brussels, European Union. <http://10.2795/683161>
- European Parliament (2021), The role of the EU’s development cooperation and humanitarian assistance in addressing the consequences of the COVID-19 pandemic, Brussels: European Union. <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=CELEX:52021IP0308>
- European Parliament: Directorate-General for External Policies of the Union, Pusterla, F., & Pusterla, E.R. (2021). The future of humanitarian aid in a new context full of challenges, European Parliament. <https://data.europa.eu/doi/10.2861/859658>
- Frennesson, L., Kembro, J., de Vries, H., Jahre, M., & Van Wassenhove, L. (2022). “International humanitarian organizations’ perspectives on localization efforts”. *International Journal of Disaster Risk Reduction: IJDRR*, 83(103410), 103410. <https://doi.org/10.1016/j.ijdr.2022.103410>
- Hokkinen, M., & Barner-Rasmussen, W. (2023). Refugees’ language learning and career aspirations: An agentic lens. *Journal of International Management*, 29(5), 101061. <https://doi.org/10.1016/j.intman.2023.101061>
- Kostandova, N., O’Keeffe, J., Ali, B. B., Somsé, P., Mahieu, A., Bingou, O. G., 4th, Dackpa, S., Mbonimpa, G., & Rubenstein, L. (2024). “It’s normal to be afraid”: attacks on healthcare in Ouaka, Haute-Kotto, and Vakaga prefectures of the Central African Republic, 2016-2020. *Conflict and Health*, 18(1), 54. <https://doi.org/10.1186/s13031-024-00610-8>
- Leresche, E., Truppa, C., Martin, C., Marnicio, A., Rossi, R., Zmeter, C., Harb, H., Hamadeh, R. S., & Leaning, J. (2020). Conducting operational research in humanitarian settings: is there a shared path for humanitarians, national public health authorities and academics? *Conflict and Health*, 14(1), 25. <https://doi.org/10.1186/s13031-020-00280-2>
- Lutwama, G. W., Sartison, L. J., Yugi, J. O., Nehemiah, T. N., Gwang, Z. M., Kibos, B. A., & Jacobs, E. (2022). Health services supervision in a protracted crisis: a qualitative study into supportive supervision practices in South Sudan. *BMC Health Services Research*, 22(1), 1249. <https://doi.org/10.1186/s12913-022-08637-4>
- Moreno Gomez, M. D. M. M., Pimentel, J., & Castro-Delgado, R. (2025). Inclusion of cross-cultural care training in humanitarian aid: A scoping review. *Public Health*, 239, 70–76. <https://doi.org/10.1016/j.puhe.2024.12.026>
- Nabulsi, D., Abou Saad, M., Ismail, H., Doumit, M. A. A., El-Jamil, F., Kobeissi, L., & Fouad, F. M. (2021). Minimum initial service package (MISP) for sexual and reproductive health for women in a displacement setting: a narrative review on the Syrian refugee crisis in Lebanon. *Reproductive Health*, 18(1), 58. <https://doi.org/10.1186/s12978-021-01108-9>
- Patel, V., Saxena, S., Lund, C., Thormicroft, G., Baingana, F., Bolton, P., Chisholm, D., Collins, P. Y., Cooper, J. L., Eaton, J., Herrman, H., Herzallah, M. M., Huang, Y., Jordans, M. J. D., Kleinman, A., Medina-Mora, M. E., Morgan, E., Niaz, U., Omigbodun, O., ... Unützer, J. (2018). The Lancet Commission on global mental health and sustainable development. *Lancet*, 392(10157), 1553–1598. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(18\)31612-X](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(18)31612-X)
- Pereira, A. S. et al. (2018). Metodologia da pesquisa científica. [free ebook]. Santa Maria. Editora da UFSM
- Ramsarup, P., McGrath, S., & Lotz-Sisitka, H. (2023). Reframing skills ecosystems for sustainable and just futures. *International Journal of Educational Development*, 101(102836), 102836. <https://doi.org/10.1016/j.ijedudev.2023.102836>
- Ryan, G. K., Bauer, A., Endale, T., Qureshi, O., Doukani, A., Cerga-Pashoja, A., Brar, S. K., Eaton, J., & Bass, J. K. (2021). Lay-delivered talk therapies for adults affected by humanitarian crises in low- and middle-income countries. *Conflict and Health*, 15(1), 30. <https://doi.org/10.1186/s13031-021-00363-8>
- Ryan, M., Abujaber, N., Travers, D. Á., McBride, K. A., Tingsted Blum, P., Engels, M., Alshibi, A., Greene, H., Githaiga, S., Didenko, A., & Vallières, F. (2023). The acceptability, appropriateness, and feasibility of implementing supportive supervision within humanitarian contexts: A qualitative study. *SSM. Mental Health*, 3(100202), 100202. <https://doi.org/10.1016/j.ssmmh.2023.100202>
- Safarpour, H., Fooladlou, S., Safi-Keykaleh, M., Mousavipour, S., Pirani, D., Sahebi, A., Ghodsi, H., Farahi-Ashtiani, I., & Dehghani, A. (2020). Challenges and barriers of humanitarian aid management in 2017 Kermanshah earthquake: a qualitative study. *BMC Public Health*, 20(1), 563. <https://doi.org/10.1186/s12889-020-08722-5>

Santos, B.S.; Rodríguez, C. (2003). "Introdução: Para Ampliar o Cânone da Produção", in Boaventura de Sousa Santos (org.) (2003), *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*, Porto: Edições Afrontamento.

Seal, A. J., Mohamed, H. A., Stokes-Walter, R., Mohamed, S., Abdille, A. M., Yakowenko, E., Sheikh Omar, M., & Jelle, M. (2023). Use of an adapted participatory learning and action cycle to increase knowledge and uptake of child vaccination in internally displaced persons camps (IVACS): A cluster-randomised controlled trial. *Vaccine*, 41(19), 3038–3046. <https://doi.org/10.1016/j.vaccine.2023.02.016>

Seruwagi, G., Nakidde, C., Lugada, E., Ssematiko, M., Ddamulira, D. P., Masaba, A., Luswata, B., Ochen, E. A., Okot, B., Muhangi, D., & Lawoko, S. (2022). Psychological distress and social support among conflict refugees in urban, semi-rural and rural settlements in Uganda: burden and associations. *Conflict and Health*, 16(1), 25. <https://doi.org/10.1186/s13031-022-00451-3>

Seruwagi, G., Nakidde, C., Otieno, F., Kayiwa, J., Luswata, B., Lugada, E., Ochen, E. A., Muhangi, D., Okot, B., Ddamulira, D., Masaba, A., & Lawoko, S. (2021). Healthworker preparedness for COVID-19 management and implementation experiences: a mixed methods study in Uganda's refugee-hosting districts. *Conflict and Health*, 15(1), 79. <https://doi.org/10.1186/s13031-021-00415-z>

Spangaro, J., Toole-Anstey, C., MacPhail, C. L., Rambaldini-Gooding, D. C., Keevers, L., & Garcia-Moreno, C. (2021). The impact of interventions to reduce risk and incidence of intimate partner violence and sexual violence in conflict and post-conflict states and other humanitarian crises in low and middle income countries: a systematic review. *Conflict and Health*, 15(1), 86. <https://doi.org/10.1186/s13031-021-00417-x>

Sudhoff, R., Hovelmann, S.; Steinke, A. (2020). The Triple Nexus in Practice. Challenges and Options for Multi-Mandates Organisations. Center for Humanitarian Actions. https://www.chaberlin.org/wp-content/uploads/dlm_uploads/2021/06/2020-11-12-chavocado-update-21-for-web.pdf

Tol, W. A., Ager, A., Bizouerne, C., Bryant, R., El Chammy, R., Colebunders, R., García-Moreno, C., Hamdani, S. U., James, L. E., Jansen, S. C. J., Leku, M. R., Likindikoki, S., Panter-Brick, C., Pluess, M., Robinson, C., Ruttenberg, L., Savage, K., Welton-Mitchell, C., Hall, B. J., ... van Ommeren, M. (2020). Improving mental health and psychosocial wellbeing in humanitarian settings: reflections on research funded through R2HC. *Conflict and Health*, 14(1), 71. <https://doi.org/10.1186/s13031-020-00317-6>

Travers, Á., Abujaber, N., McBride, K. A., Tingsted Blum, P., Wiedemann, N., & Vallières, F. (2022). Identifying best practice for the supervision of mental health and psychosocial support in humanitarian emergencies: a Delphi study. *International Journal of Mental Health Systems*, 16(1), 11. <https://doi.org/10.1186/s13033-022-00515-0>

United Nations High Commissioner for Refugees (UNHCR/ACNUR). (2021). *Global Trends: Forced Displacement in 2019*, Copenhagen: ACNUR: <https://www.unhcr.org/flagship-reports/globaltrends/globaltrends2019/>

United Nations Office For The Coordination of Humanitarian Affairs (OCHA). (2022). No Return to Normal: The Growing Humanitarian Climate Emergency – Key Messages and Recommendations. New York: OCHA.

United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs (OCHA). (2023). *OCHA's Strategic Plan 2023-2026: Transforming Humanitarian Coordination*, New York: OCHA: <https://www.unocha.org/publications/report/world/ochas-strategic-plan-2023-2026-transforming-humanitarian-coordination>

United Nations. (2021). *Our Common Agenda: Report of the Secretary-General*. New York, NY: United Nations: https://www.un.org/en/content/common-agenda-report/assets/pdf/Common_Agenda_Report_English.pdf

United Nations. Chapter III – Humanitarian and special economic assistance. In: *Yearbook of the United Nations 2007*. New York: United Nations, 2007. p. 913–963. https://cdn.un.org/unyearbook/yun/chapter_pdf/2007YUN/2007_P3_CH3.pdf.

Weine, S. M., Arēnliu, A., Görmez, V., Lagenecker, S., & Demirtas, H. (2021). Conducting research on building psychosocial support for Syrian refugee families in a humanitarian emergency. *Conflict and Health*, 15(1), 31. <https://doi.org/10.1186/s13031-021-00365-6>

White, S., Heath, T., Mutula, A. C., Dreibelbis, R., & Palmer, J. (2022). How are hygiene programmes designed in crises? Qualitative interviews with humanitarians in the Democratic Republic of the Congo and Iraq. *Conflict and Health*, 16(1), 45. <https://doi.org/10.1186/s13031-022-00476-8>

Wise, P. H., Shiel, A., Southard, N., Bendavid, E., Welsh, J., Stedman, S., Fazal, T., Felbab-Brown, V., Polatty, D., Waldman, R. J., Spiegel, P. B., Blanchet, K., Dayoub, R., Zakayo, A., Barry, M., Martinez Garcia, D., Pagano, H., Black, R., Gaffey, M. F., ... BRANCH Consortium. (2021). The political and security dimensions of the humanitarian health response to violent conflict. *Lancet*, 397(10273), 511–521. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(21\)00130-6](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(21)00130-6)

World Health Organization. (2021). *SIDS Summit for Health: For a Healthy and Resilient Future in Small Island Developing States*, 28-29 June, WHO: <https://www.who.int/news-room/events/detail/2021/06/28/default-calendar/sids-summit-for-health>